

Identidade territorial plural e fragmentada: abordagens teóricas sobre o caso brasileiro

Identidad territorial plural y fragmentada: aproximaciones teóricas al caso brasileño

Liliane Lencina dos Santos¹

Ivann Carlos Lago²

Resumo: O texto analisa o conceito de cultura e sua relação com a identidade cultural e territorial, explorando diversas abordagens teóricas sobre como os grupos sociais constroem significados culturais e se relacionam com os espaços que habitam. O objetivo deste estudo é analisar como os processos culturais contribuem para a construção dos territórios, com foco nas dinâmicas sociais, históricas e simbólicas que definem a identidade coletiva e a apropriação do espaço. Para isso será preciso responder o seguinte problema: Como se dá a relação entre os processos culturais e a construção dos territórios e de que maneira as dinâmicas sociais, históricas e simbólicas contribuem para a formação da identidade coletiva e a apropriação do espaço? A metodologia adotada envolve uma análise teórica e crítica das diversas abordagens teóricas, com foco na transformação das identidades culturais e territoriais. A pesquisa revelou que a identidade territorial e cultural é um processo contínuo e fluido, moldado por práticas sociais, simbolismos e conflitos que refletem as interações e negociações entre os grupos. A identidade territorial não é mais vista como um conceito fixo ou geograficamente delimitado, mas como um processo dinâmico, híbrido e fragmentado.

Palavras-chave: Identidade cultural. Hibridismo. Relações de Poder. Identidade Territorial. Pluralidade cultural.

Resumen: Este texto analiza el concepto de cultura y su relación con la identidad cultural y territorial, explorando diversos enfoques teóricos sobre cómo los grupos sociales construyen significados culturales y se relacionan con los espacios que habitan. El objetivo de este estudio es analizar cómo los procesos culturales contribuyen a la construcción de territorios, centrándose en las dinámicas sociales, históricas y simbólicas que definen la identidad colectiva y la apropiación del espacio. Para ello, será necesario responder a la siguiente pregunta: ¿Cómo ocurre la relación entre los procesos culturales y la construcción de territorios y de qué manera las dinámicas sociales, históricas y simbólicas contribuyen a la formación de la identidad colectiva y la apropiación del espacio? La metodología adoptada implica un análisis teórico y crítico de diversos enfoques teóricos, centrándose en la transformación de las identidades culturales y territoriales. La investigación reveló que la identidad territorial y cultural es un proceso continuo y fluido, moldeado por prácticas sociales, simbolismos y conflictos que reflejan las interacciones y negociaciones entre grupos. La identidad territorial ya no se ve como un concepto fijo o geográficamente delimitado, sino como un proceso dinámico, híbrido y fragmentado.

Palabras clave: Identidad cultural. Hibridez. Relaciones de poder. Identidad territorial. Pluralidad cultural.

1. Introdução

A cultura é um dos elementos centrais na construção das identidades coletivas e na configuração dos territórios. Mais do que um conjunto de manifestações artísticas ou folclóricas, a cultura compreende um sistema complexo de símbolos, práticas, valores e significados que orientam a vida social.

¹ Doutoranda em Doutorado em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal Fronteira Sul campus Cerro Largo, RS – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7122-0102> Lattes id: <http://lattes.cnpq.br/1834932494032259>

² Professor permanente da Universidade Federal da Fronteira Sul campus Cerro Largo, RS – Brasil. Doutorado (2010) em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5521-4733> - Lattes id: <http://lattes.cnpq.br/2406151442947645>

Como define Edward Tylor (1886), cultura é “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, a crença, a arte, a moral, o direito, o costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.” (Tylor, 1886, p. 1). Essa definição, embora clássica, já indicava o caráter abrangente e aprendido da cultura, cuja importância foi amplamente reafirmada por autores posteriores, como Raymond Williams (2000), que considera cultura como “um dos dois ou três termos mais complicados da língua inglesa.” (Williams, 2000, p. 11), por reunir significados ligados à prática social, à experiência vivida e à produção simbólica.

Nesse sentido, a identidade cultural pode ser compreendida como o conjunto de elementos simbólicos compartilhados por um grupo, que fornece um sentimento de pertencimento e diferenciação. Para Hall (2006), a identidade cultural não é fixa nem essencialista, mas uma construção histórica e relacional, moldada por representações, discursos e experiências sociais. Trata-se de um processo dinâmico, no qual os sujeitos constroem sentidos sobre si mesmos e sobre o mundo à sua volta, inclusive em relação aos espaços que ocupam.

É nesse contexto que se insere o conceito de identidade territorial, entendido como a forma pela qual grupos sociais reconhecem e atribuem sentido ao território que habitam, a partir de práticas culturais, memórias coletivas, relações de pertencimento e disputas simbólicas. O território vai além de um espaço físico; é um espaço vivido, impregnado de significados e relações sociais. A identidade territorial emerge justamente dessa apropriação simbólica e prática do espaço, onde as memórias coletivas, as práticas culturais e as relações de pertencimento se entrelaçam, formando a base para a construção das identidades coletivas. (Santos, 2023, p. 174).

Este trabalho tem como objetivo analisar como os processos culturais contribuem para a construção dos territórios, com foco nas dinâmicas sociais, históricas e simbólicas que definem a identidade coletiva e a apropriação do espaço. Para isso será preciso responder o seguinte problema: Como se dá a relação entre os processos culturais e a construção dos territórios e de que maneira as dinâmicas sociais, históricas e simbólicas contribuem para a formação da identidade coletiva e a apropriação do espaço?

O objetivo geral deste estudo é apresentar abordagens teóricas sobre cultura, identidade cultural e identidade territorial visando contribuir para o entendimento das identidades culturais e territoriais no contexto brasileiro. Para isso será preciso responder ao seguinte problema de pesquisa: Como as diferentes abordagens teóricas sobre cultura,

identidade cultural e identidade territorial, contribuem para a compreensão das identidades culturais e territoriais como processos dinâmicos, híbridos e fragmentados, como a brasileira.

A investigação adota uma abordagem qualitativa e teórico-conceitual, fundamentada em revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos, com o objetivo de compreender os nexos entre cultura, identidade e território. A depender do desenvolvimento da pesquisa, poderá ser incluído um estudo de caso exploratório, que exemplifique, na prática, como as experiências culturais constroem e ressignificam espaços sociais.

A relevância do estudo está em reconhecer que os processos culturais são fundamentais para a compreensão da organização territorial e das dinâmicas sociais contemporâneas, especialmente em contextos de diversidade, desigualdade e resistência. Ao evidenciar a centralidade da cultura na construção da identidade territorial, este trabalho pretende contribuir com reflexões críticas para o campo das Ciências Humanas e para políticas públicas comprometidas com o reconhecimento e a valorização das culturas locais.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos sociais a partir do ponto de vista dos sujeitos e das relações que estabelecem com seu meio. Trata-se de um tipo de investigação que valoriza os aspectos subjetivos, simbólicos e históricos da realidade, sendo adequada para estudos que envolvem cultura, identidade e território. Para os autores, a pesquisa qualitativa é apropriada quando se pretende explorar significados, compreender contextos sociais e interpretar relações complexas.

O estudo sobre cultura e identidade cultural na formação dos territórios nos leva a refletir sobre como os grupos sociais atribuem sentidos aos lugares onde vivem, criando memórias, tradições e relações de pertencimento. Assim, compreender como a cultura molda a nossa relação com o espaço é fundamental para entender a formação das identidades territoriais e o papel que elas desempenham na nossa sociedade.

O estudo sobre cultura e identidade cultural na formação dos territórios nos leva a refletir sobre como os grupos sociais atribuem sentidos aos lugares onde vivem, criando memórias, tradições e relações de pertencimento. Assim, compreender como a cultura molda a nossa relação com o espaço é fundamental para entender a formação das identidades territoriais e o papel que elas desempenham na nossa sociedade. Dessa forma, esta pesquisa tem como propósito analisar os processos culturais que contribuem para a construção dos territórios, evidenciando as dinâmicas sociais, históricas e simbólicas que definem a identidade coletiva e a apropriação do espaço por diferentes comunidades.

2. O conceito de cultura

A cultura é um conceito central nas Ciências Sociais e possui uma ampla gama de interpretações, que variam de acordo com a abordagem teórica adotada. De forma geral, pode ser compreendida como o conjunto de valores, crenças, normas, símbolos, práticas e modos de vida compartilhados por um grupo social, que conferem sentido às ações humanas e estruturam a vida em sociedade. Sua definição e entendimento evoluíram ao longo do tempo, refletindo diferentes perspectivas e contextos históricos.

Segundo Edward B. Tylor (1886), um dos primeiros antropólogos a estudar sistematicamente a cultura, esta pode ser definida como “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, a crença, a arte, a moral, o direito, o costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.” (Tylor, 1886, p. 1). Essa definição enfatiza a ideia de que a cultura é algo aprendido e transmitido socialmente, abrangendo todos os aspectos da vida humana, desde os mais tangíveis, como as práticas artísticas e culturais, até os mais intangíveis, como as crenças e normas.

Com o tempo, as discussões sobre cultura passaram a incorporar a dimensão do conflito, da diversidade e da mudança. Raymond Williams (2000) define a cultura como um dos conceitos mais complexos da linguagem moderna, abrangendo significados que vão desde as práticas cotidianas até as formas de representação social. Para Williams, a cultura é não apenas um produto social, mas também um campo de produção de significados, onde os indivíduos e grupos interagem e constroem simbolicamente suas realidades. Ele ressalta que a cultura é inseparável da prática social e dos contextos históricos, enfatizando a importância das experiências vividas, das narrativas e dos discursos na construção do sentido cultural.

No campo sociológico, Pierre Bourdieu (1997) apresenta uma definição de cultura que a associa às práticas sociais e à reprodução de estruturas de poder no espaço social. Para Bourdieu, a cultura não é neutra, mas sim atravessada por disputas simbólicas que se materializam em formas de distinção e reconhecimento. A cultura, nesse sentido, não é apenas um conjunto de práticas compartilhadas, mas também uma forma de capital simbólico que determina quem tem o poder de definir, reconhecer e legitimar certos significados culturais. Assim, a cultura se configura como um campo de luta, onde os grupos sociais competem para afirmar sua identidade, suas tradições e suas visões de mundo.

Adicionalmente, a teoria pós-estruturalista, representada por autores como Michel Foucault (2008a), propõe uma compreensão mais fluida e dinâmica da cultura. Foucault sugere que a cultura está ligada aos discursos que constroem a realidade social, e que os saberes e as práticas culturais são sempre mediados por relações de poder. Para ele, a cultura

não é um dado, mas um processo contínuo de produção e negociação que ocorre através das interações sociais e dos regimes de poder que determinam o que é considerado normal ou aceitável em uma sociedade. Assim, a cultura não se limita às manifestações tradicionais ou folclóricas, mas se estende a toda uma rede de práticas e discursos que moldam as subjetividades e as relações sociais.

Portanto, o conceito de cultura nas Ciências Sociais é vasto e multifacetado, variando conforme a abordagem adotada. Enquanto Tylor, Williams, Bourdieu e Foucault oferecem diferentes perspectivas sobre o que constitui a cultura, todos enfatizam sua importância como elemento estruturador das relações sociais, da identidade e das práticas coletivas. A cultura, em todas essas abordagens, é entendida como um processo dinâmico, negociado e constantemente reconfigurado pelas interações sociais e pelas disputas de poder. Na sequência, será estudado o entendimento de identidade cultural, que se insere de maneira intrínseca nesse contexto dinâmico e negociado da cultura.

2.1. Identidade cultural

A identidade cultural é frequentemente tomada como um processo de construção contínua que envolve a interação de indivíduos e grupos com a cultura e o território ao longo do tempo. Diferente de um dado fixo ou imutável, a identidade cultural é entendida como um fenômeno dinâmico, constantemente reconfigurado pelas experiências vividas, pelas memórias coletivas e pelas relações que atravessam as sociedades. A identidade cultural está intimamente relacionada à noção de pertencimento, constituindo-se como um conjunto de elementos simbólicos compartilhados por um grupo social, os quais criam um sentimento de identificação e de distinção em relação a outros grupos.

Para Stuart Hall (2006, p. 13), a identidade cultural não é fixa, mas sim “um processo de construção, sempre em transformação, e não uma essência imutável”. Essa abordagem, que se insere dentro do campo pós-estruturalista, aponta para a ideia de que as identidades não são simplesmente reflexos de culturas homogêneas, mas o resultado de complexas narrativas e representações que emergem de experiências de deslocamento, diáspora e hibridez. A partir dessa perspectiva, Hall enfatiza que as identidades são construídas socialmente e estão em constante mudança, desafiando a visão tradicional de que a cultura e a identidade pertencem a um grupo de forma fixa e essencialista. Dessa forma, a identidade cultural é entendida como uma construção histórica, que se modifica de acordo com as relações sociais e culturais, e as condições históricas que influenciam o processo de formação de cada grupo.

Em consonância com essa perspectiva, a teoria de identidade de Hall (2003) propõe que a identidade é formada “não fora, mas dentro da representação”. Ou seja, a identidade cultural não é algo dado, mas é algo que os sujeitos e grupos constroem sobre si mesmos e sobre os espaços que ocupam na interação com esse espaço e nas relações entre eles. As representações culturais desempenham um papel essencial nesse processo, pois são através delas que os indivíduos e grupos se reconhecem e se definem. A produção de significados sobre o próprio grupo, suas práticas culturais, suas histórias e o território em que vivem é o que permite a construção da identidade cultural. Nesse sentido, as representações culturais não apenas refletem a identidade, mas também a constituem, sendo elementos essenciais no processo de autodefinição e distinção cultural.

O território, por sua vez, é um elemento central nesse processo de construção da identidade cultural. Segundo Edward Said (1993), o território não é simplesmente um espaço físico, mas um espaço carregado de significados simbólicos, os quais são gerados a partir das relações que os grupos sociais estabelecem com ele. O território é visto como um espaço vivido, onde as práticas culturais, as memórias coletivas e as relações de poder se manifestam, contribuindo para a constituição de identidades culturais que se expressam por meio de símbolos, tradições, rituais e representações sociais.

No entendimento de Milton Santos (2002), o território é o lugar onde a cultura se materializa, sendo o resultado de uma apropriação social e cultural dos espaços. A identidade territorial, portanto, é a forma como os grupos sociais interpretam e se apropriam do espaço, criando uma relação simbólica entre o grupo e o território, o que vai além da simples delimitação geográfica.

Em uma visão mais crítica e contemporânea, David Held e Henrietta (1996) apontam que a identidade territorial é frequentemente mediada por questões de poder e resistência. Em sociedades globalizadas, as identidades territoriais podem ser desafiadas ou reforçadas por processos externos, como a migração, a globalização e a imposição de normas externas. Assim, a identidade cultural, no contexto da formação dos territórios, está sempre envolta em disputas e transformações, refletindo as tensões entre diferentes grupos sociais e as suas relações com o espaço.

Portanto, a identidade cultural é um processo contínuo e dinâmico, que se constrói a partir das interações sociais, das representações culturais e das relações com o território. Ela é inseparável das condições históricas e culturais em que se desenvolve e está sempre em transformação, refletindo as disputas, as memórias e as tensões de cada sociedade. Na sequência, o texto segue tratando de Cultura, Identidade Cultural e Formação da Identidade

Territorial, abordando como esses conceitos se inter-relacionam e contribuem para a construção do pertencimento e da identidade dos indivíduos e comunidades em seus respectivos contextos territoriais.

2.2. Cultura, identidade cultural e formação da identidade territorial

A identidade territorial é entendida como uma construção que se dá a partir das relações sociais, culturais e simbólicas que os indivíduos e grupos estabelecem com o espaço. Ao contrário de uma mera delimitação geográfica, A identidade territorial, portanto, envolve tanto a apropriação física do espaço quanto sua transformação simbólica e cultural.

Para Émile Durkheim (1996), a sociedade é formada por "representações coletivas", ou seja, sistemas de crenças e valores compartilhados que estruturam o comportamento dos indivíduos e a organização social. Essas representações são fundamentais na construção do sentimento de pertencimento a um grupo e na configuração de um espaço comum. No contexto da identidade territorial, essas representações sociais são decisivas para a construção de uma relação simbólica com o território, que não se resume a uma simples ocupação física, mas envolve práticas culturais e simbólicas que reforçam a coesão social e a identidade do grupo. O território, portanto, não é apenas um espaço físico, mas um espaço significativo que é continuamente reconfigurado pela cultura e pelas relações sociais dos seus habitantes.

Max Weber (2004), ao discutir a ação social, contribui para essa discussão ao destacar que os indivíduos agem de acordo com os significados que atribuem às suas ações. No caso da identidade territorial, isso implica que a relação com o espaço não é apenas objetiva ou pragmática, mas permeada por significados subjetivos, construídos ao longo do tempo por meio de narrativas históricas, experiências cotidianas e a interação com outros grupos. A identidade territorial, assim, é uma construção simbólica que dá sentido à presença do sujeito em um determinado espaço, refletindo as interpretações culturais e históricas atribuídas ao território.

Por outro lado, uma análise marxista da identidade territorial traz à tona a ideia de que as disputas materiais e simbólicas são centrais na construção do território. Para Karl Marx (2011), a base econômica de uma sociedade influencia diretamente as estruturas de poder e, consequentemente, as representações culturais e simbólicas. No que tange à identidade territorial, isso significa que a forma como determinados grupos dominam ou são excluídos do espaço reflete as relações de poder em jogo, com a cultura funcionando tanto como um meio de reprodução das estruturas dominantes quanto como uma ferramenta de resistência. O território, nesse sentido, é palco de disputas não apenas econômicas, mas também simbólicas,

que envolvem a imposição de significados e a definição de quem pode ocupar e transformar o espaço.

Pierre Bourdieu (1997), ao abordar a relação entre cultura e poder, introduz os conceitos de *habitus* e capital simbólico, que são fundamentais para a compreensão da identidade territorial. O *habitus* refere-se ao conjunto de disposições e práticas incorporadas pelos indivíduos ao longo da vida, que orientam seu comportamento e sua interação com o espaço. Já o capital simbólico refere-se à legitimidade cultural que certos grupos possuem para nomear, apropriar-se e transformar o território. Dessa forma, a identidade territorial é moldada pelas práticas culturais de grupos que possuem maior ou menor capacidade de influenciar a configuração do espaço, dependendo do capital simbólico que detêm.

Michel Foucault (2008b), por sua vez, propõe uma análise da produção do espaço a partir de regimes de saber-poder, defendendo que os espaços não são neutros, mas estão impregnados de relações de poder que determinam o que é possível fazer, dizer ou ver em determinados locais. A identidade territorial, sob essa ótica, é o resultado de uma disputa discursiva e de poder, que envolve o controle e a resistência sobre o território. Foucault enfatiza como as práticas discursivas e as estratégias de poder podem configurar o espaço, determinar a organização dos territórios e, por conseguinte, influenciar as identidades que se formam nesses espaços.

Finalmente, Milton Santos (2002) destaca a importância das relações sociais e culturais na constituição do território. Para Santos, o território não é apenas o "chão", mas um espaço carregado de significados sociais e culturais, construído pelas práticas cotidianas dos indivíduos e pelos saberes locais que moldam a experiência territorial. A identidade territorial, nesse contexto, surge como uma apropriação simbólica e material do espaço, que resulta da interação dos grupos com seu ambiente físico e social. A construção do território, portanto, é um processo contínuo de negociação, onde diferentes grupos atribuem significados, constroem práticas sociais e definem suas próprias formas de pertencimento e resistência no espaço.

A identidade territorial, portanto, não pode ser entendida como uma construção isolada, mas como um processo multifacetado, resultante da interação entre cultura, poder e história. Ela envolve tanto as dimensões materiais da ocupação do espaço quanto as representações simbólicas que os grupos sociais constroem sobre o território, configurando-o como um campo de disputas e negociações culturais. O texto, na sequência, seguirá discutindo um importante entendimento sobre Cultura e Identidade Territorial nas Perspectivas Funcionalista, Estruturalista e Pós-Estruturalista, explorando como cada uma

dessas abordagens contribui para a compreensão da formação da identidade territorial e sua relação com os processos sociais e culturais em diferentes contextos.

3. Cultura e identidade territorial nas perspectivas funcionalista, estruturalista e pós-estruturalista

A forma como indivíduos e grupos se identificam com o espaço que habitam está intimamente ligada aos significados simbólicos, históricos e sociais que são construídos, compartilhados e disputados ao longo do tempo. Essa construção varia significativamente conforme as diferentes abordagens teóricas adotadas pelas ciências sociais, destacando-se, nesse sentido, as perspectivas funcionalista, estruturalista e pós-estruturalista.

Na tradição funcionalista, a cultura é vista como um conjunto de normas, valores e símbolos que garantem a coesão social e a continuidade da vida coletiva. A identidade territorial, nesse contexto, surge da internalização dessas representações coletivas que ligam o indivíduo ao grupo e ao território. Para Émile Durkheim, um dos fundadores da sociologia, a cultura funciona como uma "cola social", sendo composta por representações coletivas que orientam a conduta e asseguram a ordem social. “A sociedade é uma realidade *sui generis*, ela tem suas próprias leis; ela é mais do que a soma de seus membros.” (Durkheim, 1996, p. 40). Durkheim compreende que os símbolos, rituais e tradições culturais não apenas mantêm o grupo unido, mas também criam um senso de pertencimento ao território compartilhado, que é experimentado como sagrado. Nesse sentido, a identidade territorial é uma expressão da solidariedade social, reforçada por práticas culturais que ligam os indivíduos à sua comunidade e ao espaço que ocupam.

Na antropologia, Bronislaw Malinowski complementa essa visão ao enfatizar que as instituições culturais são respostas funcionais às necessidades humanas. Para ele, os rituais, mitos e práticas simbólicas não apenas explicam o mundo, mas também organizam a vida social e territorial: “A cultura aparece, assim, como um mecanismo que assegura a sobrevivência do grupo e o seu equilíbrio com o meio.” (Malinowski, 1984, p. 35).

A perspectiva estruturalista, representada sobretudo por Claude Lévi-Strauss, desloca o foco da função para a estrutura. A cultura é compreendida como um sistema simbólico baseado em oposições binárias universais (como natureza/cultura, dentro/fora, sagrado/profano), que organizam o pensamento humano e, por consequência, as formas de relação com o território. Segundo Lévi-Strauss: “A função principal do pensamento mítico não é de resolver problemas, mas de expressar uma estrutura.” (Lévi-Strauss, 1978, p. 32). Nesse sentido, a identidade territorial é produzida a partir das estruturas simbólicas que

organizam a experiência do espaço. O território não é apenas físico, mas é também uma construção mental, codificada por sistemas simbólicos que marcam fronteiras, hierarquias e pertencimentos. A cultura atua como um mapa cognitivo que organiza o espaço e os laços entre os membros da coletividade.

Enquanto as abordagens anteriores tendem a buscar regularidades e estabilidade, a perspectiva pós-estruturalista rompe com a ideia de uma identidade territorial fixa, propondo uma visão mais dinâmica, histórica e relacional. Para Michel Foucault, os territórios são construídos discursivamente, por meio de relações de poder que produzem verdades sobre quem pertence e quem é excluído. “O espaço é fundamental em qualquer forma de poder [...] O controle do território é um modo de controle dos sujeitos.” (Foucault, 2008a, p. 179).

Stuart Hall também é uma figura-chave nessa abordagem. Para ele, a identidade é um processo aberto, marcado por deslocamentos, contradições e hibridismos: “As identidades não são fixas. Elas são sempre posicionadas. Nunca são unificadas; estão sempre em processo.” (Hall, 2006, p. 13). Nesse contexto, a cultura é um campo de disputa simbólica onde diferentes grupos negociam e resistem aos significados dominantes. A identidade territorial emerge como um território simbólico em disputa, onde diferentes narrativas históricas, experiências sociais e memórias coletivas se confrontam e se reconfiguram constantemente.

A teoria da hibridização cultural, proposta por Homi K. Bhabha em “O local da cultura” (1994), oferece uma perspectiva enriquecedora para entender a identidade territorial brasileira. Bhabha introduz o conceito de “hibridismo” para descrever a criação de novas formas culturais nas zonas de contato entre culturas distintas. Ele argumenta que a cultura não é homogênea ou fixa, mas sim um campo dinâmico de negociações e transformações. Segundo Bhabha, a hibridização ocorre no “espaço intersticial”, um território simbólico onde as culturas se encontram, se sobrepõem e se transformam mutuamente. Esse processo resulta em identidades culturais ambivalentes, que desafiam as categorias fixas de origem e autenticidade.

As abordagens funcionalista, estruturalista e pós-estruturalista oferecem leituras distintas, mas complementares, da relação entre cultura e identidade territorial. Enquanto as duas primeiras enfatizam a estabilidade, a integração e as estruturas simbólicas universais, a última destaca a instabilidade, a multiplicidade de vozes e a fluidez das identidades. Compreender essas diferentes perspectivas é essencial para uma análise crítica e abrangente das formas como os grupos sociais constroem pertencimentos territoriais e culturais em contextos históricos e políticos diversos. O próximo tópico, buscará novas abordagens, explorando as abordagens alternativas para a compreensão da cultura nas Ciências Sociais, a

fim de ampliar a compreensão das dinâmicas culturais e identitárias, indo além das perspectivas tradicionais e considerando novas lentes analíticas que emergem na contemporaneidade.

3.1. Abordagens Alternativas para a Compreensão da Cultura nas Ciências Sociais

As abordagens estruturais e pós-estruturais certamente marcaram o pensamento social do século XX, oferecendo contribuições significativas para a compreensão das formas pelas quais a cultura estrutura e é estruturada pelas relações sociais e pelos discursos de poder. No entanto, outras vertentes teóricas das Ciências Sociais têm se destacado por propor leituras alternativas e complementares sobre o fenômeno cultural. Essas correntes incluem a antropologia interpretativa, a fenomenologia social, os estudos pós-coloniais e decoloniais, os estudos culturais e, mais recentemente, abordagens ecológicas e socioambientais da cultura.

A abordagem interpretativista, influenciada sobretudo por Clifford Geertz, entende a cultura como um sistema simbólico, por meio do qual os indivíduos expressam e organizam sua experiência social. Geertz (1989) afirma que a cultura é um “sistema de concepções expressas em formas simbólicas, através das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e atitudes em relação à vida.” (Geertz, 1989, p. 15). A proposta metodológica da “descrição densa” busca acessar os significados internos às práticas culturais, considerando os contextos em que elas se manifestam. Essa perspectiva enfatiza que o papel do pesquisador não é apenas descrever comportamentos, mas interpretar os sentidos culturais que os informam, reconhecendo a cultura como um texto a ser lido e compreendido.

Em outro eixo, a abordagem fenomenológica e pragmática das Ciências Sociais, representada por autores como Alfred Schütz e, posteriormente, Peter Berger e Thomas Luckmann, desloca o foco da análise para a experiência vivida e a construção intersubjetiva da realidade. Para esses autores, a cultura emerge da interação cotidiana e do processo contínuo de atribuição de sentido ao mundo social. Como afirmam Berger e Luckmann (2004), “a realidade é socialmente construída, e o conhecimento da realidade é o produto de um processo social contínuo.” (Berger; Luckmann, 2004, p. 13). Aqui, a cultura não é uma estrutura imposta nem um discurso dominante, mas uma prática vivida e compartilhada, que organiza a experiência e a ação dos sujeitos em sua relação com o mundo.

Já os estudos pós-coloniais e decoloniais propõem uma crítica radical ao universalismo das teorias eurocêntricas e evidenciam a centralidade das epistemologias do Sul na construção do conhecimento social. Autores como Boaventura de Sousa Santos, Walter Dignolo e Aníbal Quijano argumentam que os saberes indígenas, afrodescendentes e

camponeses são frequentemente marginalizados pelas instituições hegemônicas. Para Santos (2010), “não há justiça social global sem justiça cognitiva”, indicando a necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade epistêmica dos povos subalternizados. (Santos, 2010, p. 21). A cultura, nesse caso, é compreendida como um campo de resistência, onde os sujeitos oprimidos constroem outras narrativas, valores e formas de organização social.

A corrente dos Estudos Culturais, com forte influência do marxismo britânico e do pensamento gramsciano, contribui para uma análise crítica das práticas culturais como arenas de conflito e negociação. Raymond Williams (2000) define a cultura como “um dos conceitos mais complexos da linguagem moderna”, pois ela abrange processos históricos, experiências vividas e estruturas simbólicas. (Williams, 2000, p. 11). Nesse campo, autores como Stuart Hall também enfatizam que a cultura é constituída por relações desiguais de poder e que os significados culturais são permanentemente disputados. Assim, a cultura não é estática, mas se configura como um campo de batalha simbólico, onde diferentes grupos sociais lutam por representação, reconhecimento e pertencimento.

Mais recentemente, as abordagens ecológicas e socioambientais têm chamado atenção para a necessidade de repensar a dicotomia entre cultura e natureza. Autores como Philippe Descola e Eduardo Viveiros de Castro propõem que diferentes culturas organizam o mundo a partir de ontologias próprias, que nem sempre distinguem radicalmente o humano do não humano. Viveiros de Castro (2002), por exemplo, desenvolve o conceito de “perspectivismo ameríndio”, no qual os animais, os espíritos e os humanos compartilham capacidades culturais e perspectivas diferenciadas. (Viveiros de Castro, 2002). Essa abordagem permite uma compreensão mais ampla da cultura como relação ontológica e ecológica com o território e seus habitantes.

Essas diversas perspectivas enriquecem o debate sobre a cultura ao oferecerem interpretações que vão além das estruturas fixas ou dos discursos hegemônicos. Elas mostram que a cultura pode ser entendida como prática simbólica, experiência vivida, resistência epistêmica, campo de disputa ou relação ecológica. A pluralidade teórica presente nas Ciências Sociais e na Antropologia, portanto, não apenas amplia o escopo analítico da cultura, como também contribui para sua análise crítica e situada, respeitando as especificidades históricas e sociais de cada grupo.

Ao longo da discussão, ficou evidente que a compreensão da cultura e da identidade territorial requer um olhar atento às múltiplas abordagens teóricas disponíveis. As perspectivas funcionalistas contribuíram com a noção de coesão e pertencimento coletivo ao espaço; os estruturalistas ofereceram uma leitura simbólica da organização territorial;

enquanto os pós-estruturalistas trouxeram à tona a fluidez, a instabilidade e os conflitos que permeiam os processos identitários. Em seguida, as abordagens alternativas, como a antropologia interpretativa, a fenomenologia social, os estudos pós-coloniais e decoloniais, os estudos culturais e as abordagens ecológicas, ampliaram significativamente o campo analítico, propondo uma leitura mais sensível às experiências cotidianas, às epistemologias marginalizadas e à relação entre cultura e natureza.

Essas contribuições apontam que a identidade territorial é uma construção histórica e social que envolve disputas simbólicas, resistências e múltiplas camadas de significação. Ela não é uma entidade fixa, mas uma experiência vivida e continuamente reformulada. Nesse sentido, compreender a cultura como prática simbólica, experiência situada e campo de disputa torna-se essencial para analisar os modos como os sujeitos e os grupos sociais se relacionam com o espaço que habitam e com os significados que nele projetam. A pluralidade teórica que permeia essas reflexões permite uma abordagem mais crítica, inclusiva e abrangente das realidades culturais e territoriais contemporâneas.

3.2. A formação da identidade territorial brasileira: uma análise histórica e cultural

A formação da identidade territorial brasileira é um processo complexo e multifacetado, que reflete as tensões e as contradições da construção de um Estado-nacional em um território vasto e diverso. Desde o período colonial, o Brasil foi marcado por uma série de transformações sociais, culturais e políticas que moldaram uma identidade peculiar, não homogênea, mas marcada pela coexistência de múltiplas influências, relações de poder e conflitos.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), oferece uma análise profunda das raízes históricas da formação do Brasil, destacando a centralização do poder nas mãos da monarquia e a visão patrimonialista do Estado. Segundo ele, essa centralização, que remontava à época colonial, comprometeu a construção de uma identidade territorial coesa, em grande parte devido ao forte vínculo entre a elite colonial e as estruturas de poder, que impediram o desenvolvimento de uma relação mais orgânica com o território. Em sua visão, o Estado nunca se configurou plenamente como uma instituição de representação democrática, e a identidade territorial brasileira, portanto, sempre se caracterizou por uma desarticulação entre a esfera política e a realidade social, cultural e geográfica do Brasil.

Por outro lado, Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro* (2006), ressalta o papel da miscigenação e da convivência de diversas culturas, indígenas, africanas e europeias, na formação do povo brasileiro. Para ele, a identidade territorial do Brasil é marcada por um

processo de fusão e adaptação das diferentes etnias que compõem o país, levando à criação de uma identidade coletiva plural e única. No entanto, essa identidade não é homogênea nem fixa. O autor argumenta que o Brasil se construiu sob o signo da diversidade e da mestiçagem, uma característica que, ao mesmo tempo, fortalece e fragmenta o conceito de "nação" e de identidade territorial, especialmente considerando as diferentes realidades regionais e culturais do país.

Ao longo dos séculos, o Brasil se estruturou como uma nação com características muito próprias, que não podem ser reduzidas a um modelo homogêneo ou unitário. O processo de colonização, com o sistema de exploração das terras e o uso de mão-de-obra escravizada, resultou em uma sociedade profundamente desigual e segregada. Isso criou uma realidade de fragmentação social e cultural, que perdura até hoje. A tentativa de unificação do território e da cultura se depara com as diversas identidades regionais, culturais e até linguísticas que coexistem e interagem de maneiras únicas e frequentemente contraditórias.

A realidade da formação da identidade territorial brasileira exige uma forma diferenciada para compreender a complexidade desse processo. A Identidade Territorial Plural e, sob certos aspectos, Fragmentada é a forma mais adequada para captar a riqueza e a contradição da realidade cultural e territorial do Brasil. Esse conceito nasce da necessidade de integrar as contribuições de diferentes teóricos e da compreensão das múltiplas camadas que constituem a identidade brasileira.

Essa abordagem permite compreender a identidade territorial brasileira não como um produto acabado, mas como um processo contínuo de construção e reconstrução, influenciado por fatores históricos, culturais e sociais em constante transformação. A proposta de "Identidade Territorial Híbrida e Fragmentada" oferece uma lente crítica e atualizada para analisar a formação da identidade territorial brasileira. Ela integra as análises históricas e culturais de Buarque de Holanda, Ribeiro, Bhabha e Hall, proporcionando uma compreensão mais profunda e abrangente das dinâmicas que moldam o Brasil. Ao adotar essa perspectiva, podemos reconhecer e valorizar a diversidade e a complexidade da sociedade brasileira, promovendo uma abordagem mais inclusiva e equitativa para as questões territoriais e identitárias no país.

O Brasil, desde sua formação, sempre foi um espaço de encontro e fusão de culturas distintas: a indígena, a africana e a europeia. Essas culturas interagiram de maneiras complexas e deram origem a uma sociedade multifacetada, onde não há uma identidade cultural única, mas um mosaico de identidades que coexistem e se sobrepõem, muitas vezes sem integração plena.

Por outro lado, a fragmentação do território brasileiro, um conceito abordado por Sérgio Buarque de Holanda, reflete as dificuldades históricas e políticas de unificar o país sob um projeto de identidade coesa. A centralização do poder nas elites e a dificuldade do Estado em se estabelecer como uma instituição representativa de toda a nação resultaram em uma desarticulação das relações entre o território e a política. Essa fragmentação não se limita à esfera política, mas também à dimensão cultural e social, que se manifesta nas tensões entre as regiões do Brasil, nas disparidades econômicas e nas divergências culturais que ainda persistem até hoje.

A denominação "Identidade Territorial Plural e Fragmentada" aplica-se à realidade brasileira ao levar em conta as contradições entre a busca por uma unidade nacional e a persistente diversidade cultural e social que caracteriza o Brasil. Essa identidade territorial é, por definição, híbrida, marcada por uma constante adaptação e transformação das influências culturais, sociais e políticas. O conceito também reconhece a dificuldade de se construir uma "nação" homogênea, dada a multiplicidade de formas de organização social e a heterogeneidade cultural do Brasil.

Em nível regional, essa pluralidade e fragmentação são particularmente evidentes. Enquanto o Sul e o Sudeste se urbanizam rapidamente e se modernizam, o Norte e o Nordeste mantêm características culturais mais tradicionais, com forte presença de comunidades indígenas e afro-brasileiras. O campo e a cidade, o litoral e o interior, o centro e as periferias formam territórios distintos, com formas próprias de identidade que, por vezes, não se comunicam de maneira fluida.

Portanto, a "Identidade Territorial Plural e Fragmentada" reconhece que o Brasil é um território que nunca foi completamente unificado, seja politicamente ou culturalmente, e que sua identidade nunca foi definida por um único elemento, mas por um conjunto de processos que envolvem a mistura, o atrito e a convivência entre diversas culturas. Ao mesmo tempo, essa identidade é marcada por uma história de desigualdade e violência, que alimenta a fragmentação do território e das experiências de vida das diferentes populações brasileiras.

A partir de uma visão crítica e integrada, a "Identidade Territorial Plural e Fragmentada" é um conceito que reflete a complexidade da formação da identidade territorial brasileira, superando visões simplificadas ou essencialistas. Ela propõe uma leitura que não ignora as contradições e tensões que moldaram e ainda moldam o Brasil, ao mesmo tempo em que valoriza a multiplicidade de suas expressões culturais e sociais. Essa abordagem teórica não só expõe as falhas das tentativas de unificação da identidade brasileira, mas também

sugere que a força do Brasil reside exatamente em sua diversidade e na capacidade de suas culturas de coexistir e se reinventar a cada novo contexto histórico e social.

4. Considerações finais

Este estudo analisou algumas das abordagens teóricas sobre cultura, identidade cultural e identidade territorial, com especial atenção às influências das relações de poder e das disputas simbólicas na construção dessas identidades. Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que a cultura, entendida como um conjunto dinâmico de práticas, valores e símbolos compartilhados, é profundamente moldada pelas interações sociais, pela história e pelas estruturas de poder que permeiam os grupos sociais. A identidade cultural, por sua vez, é um conceito em constante transformação, refletindo as experiências coletivas e individuais, sendo sempre negociada e reconfigurada pelas tensões sociais e culturais de cada contexto.

A relação entre cultura e identidade territorial não se limita a um único modelo de compreensão. As diferentes vertentes das Ciências Sociais, funcionalistas, estruturalistas e pós-estruturalistas, oferecem visões distintas sobre como a cultura molda a identidade territorial. Para os funcionalistas e estruturalistas, a identidade territorial é um reflexo de representações coletivas estáveis, que garantem a coesão social. Já para os pós-estruturalistas, como Hall e Foucault, a identidade territorial é entendida como um processo dinâmico, constantemente reconfigurado por disputas simbólicas e relações de poder. O conceito de capital simbólico, introduzido por Bourdieu, amplia a compreensão da identidade territorial ao considerar as relações de poder e a luta simbólica pela legitimação cultural. Assim, a identidade territorial não é estática, mas um campo de negociação e reinterpretação, que reflete as complexas relações sociais, culturais e políticas que ocorrem ao longo do tempo.

No que diz respeito à identidade territorial, a pesquisa demonstrou que ela não pode ser vista como algo fixo ou geograficamente delimitado, mas sim como um processo contínuo de negociação e reinterpretação, envolvendo tanto as dimensões materiais da ocupação do espaço quanto as representações simbólicas que os grupos sociais atribuem a ele. Nesse sentido, a identidade territorial é inseparável das questões culturais, históricas e de poder, refletindo as complexas dinâmicas de inclusão e exclusão que marcam as interações sociais.

Este trabalho conseguiu atingir seu objetivo ao fornecer uma análise aprofundada das abordagens teóricas sobre a cultura, identidade cultural e identidade territorial. Ao explorar as contribuições de diferentes escolas de pensamento, foi possível entender como as relações de poder.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, esse objetivo foi alcançado por meio de uma análise abrangente e multidisciplinar, que articulou diferentes correntes do pensamento social, funcionalista, estruturalista, pós-estruturalista e abordagens alternativas contemporâneas, proporcionando uma leitura crítica e ampliada dos processos culturais e territoriais. Visto que, oferece um panorama teórico consistente e crítico sobre os conceitos de cultura e identidade, bem como sobre sua aplicação na análise da formação dos territórios e das identidades brasileiras, contribuindo para a compreensão da complexidade, da fluidez e das tensões que permeiam esses processos na contemporaneidade.

Além disso, o estudo contribuiu para o entendimento das identidades culturais e territoriais brasileiras ao apresentar a proposta teórica da Identidade Territorial Plural e Fragmentada, conceito que sintetiza as múltiplas influências, contradições e disputas que marcam a construção do território e da identidade nacional no Brasil. Ao incorporar o conceito de Identidade Territorial Plural e Fragmentada, este estudo contribui para a compreensão das identidades culturais e territoriais como processos dinâmicos, híbridos e fragmentados, desafiando concepções fixas e essencialistas. Essa abordagem permite uma análise mais rica e complexa das identidades, reconhecendo suas múltiplas dimensões e as diversas forças que as moldam.

Referências

- BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade: Um tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DURKHEIM, É. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2008a.
- FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Edições 34, 2008b.
- GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In:
- SOUZA SANTOS, Boaventura de (org.). A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2003. p. 185–210.

- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HELD, D.; HENRIETTA L. L. Global transformations: politics, economics and culture. Stanford University Press, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, C. Estrutura e forma: a lógica do mito. São Paulo: Edições 34, 1963.
- LÉVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.
- MALINOWSKI, B. Os argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. 31. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2011.
- SAID, E. Cultura e imperialismo. Tradução de Sérgio Tellaroli. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SANTOS, B. de S. A Gramática do Tempo: Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.
- TYLOR, E. B. Cultura primitiva: pesquisas sobre o desenvolvimento da mitologia, filosofia, religião, arte e costumes. Tradução de Maria Thereza Franco da Rocha. São Paulo: Edusp, 1986.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. A Inconstância da Alma Selvagem: e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: EdUnB, 2004.
- WILLIAMS, R. Cultura e sociedade: 1780-1950. Trad. Luiz Cosme de Oliveira. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1936.
- RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.